

# FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA A



**6\***TEIA  
NACIONAL

PONTOS DE  
CULTURA PELA  
JUSTIÇA CLIMÁTICA  
ESPÍRITO SANTO | ARACRUZ



# INTRODUÇÃO

A 6ª Teia Nacional, cujo tema é **“Pontos de Cultura pela Justiça Climática”**, será um grande espaço de encontro, formação, partilha e mobilização de agentes culturais de todo o país. Nasce com o compromisso de construção de uma cultura comprometida com a vida em todas as suas formas e com os vínculos comunitários que nos sustentam, uma cultura que reconheça a centralidade da memória, da ancestralidade e do cuidado na construção de futuros possíveis.

Este encontro reafirma o protagonismo de comunidades, coletivos, mestres, mestras e agentes culturais que, em diferentes territórios, mantêm viva a capacidade de resistir, recriar e regenerar. Ao realizar esta Teia, o Ministério da Cultura reafirma que a cultura é eixo estruturante das transformações sociais necessárias à construção de um futuro sustentável, solidário e justo.

Este documento reúne os referenciais conceituais que fundamentam o tema central da Teia, orientando as atividades formativas, o processo de mobilização e o Edital de Seleção de Participantes e Bolsistas. Trata-se de um texto de referência, não de um enunciado fechado: é uma base viva, em diálogo permanente com as experiências, vozes e práticas que emergem das redes de Cultura Viva em todo o país.

Assim como deve ser a própria Teia, este documento se pretende mais que um roteiro: um território de escuta, reconhecimento e construção coletiva do futuro que queremos viver. Um chamado à ação, para lembrar que justiça climática não é apenas um conceito, é uma urgência ética, política e comunitária. É um convite para que cada território construa, à sua maneira, respostas vivas aos desafios do nosso tempo.

Importante ressaltar que este texto não nasce de uma reflexão individual, mas de processos de escuta, convivência e construção coletiva. Registro meu especial agradecimento aos Pontões de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar; Rede das Culturas Populares e Tradicionais; Culturas Indígenas e Mãe Terra; Livro, Leitura, Literatura e Oralidades; Articula Matriz Africana; e Areté. Agradeço também a Baba Pedro Inatobi e Marcelo das Histórias, cujos diálogos, experiências e práticas compartilhadas contribuíram significativamente para a elaboração das reflexões aqui apresentadas.

De modo especial, reconheço a importância das redes comprometidas com a defesa dos territórios, da memória, da ancestralidade e da vida como horizonte ético e político.



# REFERENCIAIS PARA PENSAR JUSTIÇA CLIMÁTICA

A humanidade atravessa um tempo marcado pela emergência climática – um processo que não ameaça apenas ecossistemas, mas também modos de vida, sentidos de comunidade, vínculos territoriais e horizontes de futuro. As sociedades em todo o planeta são convocadas a repensar seus modelos de desenvolvimento, suas formas de produção e, sobretudo, suas relações com a natureza, historicamente tratada como recurso e não como parente, corpo ou continuidade da vida.

Ao pautar a justiça climática, a **6ª TEIA Nacional dos Pontos de Cultura** reafirma que a crise ambiental não é apenas ecológica, mas profundamente **política, cultural e social**. Ela incide de maneira desigual sobre populações negras, indígenas, periféricas, ribeirinhas e tradicionais – coletividades que sustentam, há séculos, práticas de cuidado, tecnologias comunitárias de preservação e modos de existência que sempre se organizaram a partir do equilíbrio entre vida humana e ambiente. Paradoxalmente, esses grupos são responsáveis pela proteção dos territórios e pela manutenção de práticas sustentáveis, mas se encontram entre os primeiros a sentir e enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

No Brasil, país de dimensões continentais e de intensa diversidade cultural, social e ambiental, os Pontos e Pontões de Cultura constituem redes comunitárias que fortalecem vínculos, ativam memórias, ampliam pertencimentos e estimulam práticas coletivas de cuidado com a vida e com os territórios. São espaços capazes de construir respostas locais e regionais para os desafios ambientais, sociais e civilizatórios.

A **6ª TEIA Nacional** propõe inspirar reflexão, promover o encontro de experiências e fortalecer a construção de caminhos que reconheçam a cultura como eixo de transformação, de futuro e de justiça. Ela reafirma que **não existirá justiça climática** sem justiça cultural, porque a vida se sustenta na relação entre povos, territórios e histórias.

## JUSTIÇA CLIMÁTICA

A crescente crise climática que atravessa o planeta não é apenas um problema ambiental. Ela é, antes de tudo, um problema de desigualdade, de racismo e de poder. As populações que mais protegem a Terra — povos e comunidades tradicionais, coletividades negras, indígenas, ribeirinhas, periféricas e quilombolas — são também as que mais sofrem com sua exploração, com a devastação de seus territórios e com a precarização de suas condições de vida.

O conceito de justiça climática tem origem nas lutas por justiça ambiental, formuladas pelos **Movimentos Negros nos Estados Unidos**, na década de 1980, quando denunciaram que aterros sanitários e indústrias poluentes eram instalados de forma desproporcional em áreas habitadas majoritariamente por populações negras e por comunidades de baixa renda. Esse momento ficou conhecido como o “marco zero do movimento por justiça ambiental”.

O químico e reverendo **Benjamin Chavis**, liderança do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, cunhou a expressão **racismo ambiental** para descrever essas iniquidades<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>CHAVIS, Benjamin. “Toxic Waste and Race in the United States”. United Church of Christ – Commission for Racial Justice, 1987.

A afirmação de **Vandana Shiva** — “a crise climática é a forma contemporânea da violência colonial”<sup>2</sup> — revela que os impactos ambientais não são distribuídos de maneira aleatória, mas seguem o mesmo mapa histórico da exploração. O colonialismo, que devastou territórios, escravizou povos e impôs modelos econômicos predatórios, continua operando hoje por meio de práticas que concentram riqueza e espalham destruição.

Assim, a **mudança climática não é um fenômeno neutro** — ela aprofunda desigualdades históricas e reatualiza a lógica de territórios sacrificáveis, onde vidas e culturas continuam sendo tratadas como descartáveis. Compreender a crise climática a partir desse marco é reconhecer que a luta por justiça climática é, inseparavelmente, uma luta antirracista, anticolonial e pela autodeterminação dos povos.

Nesse sentido, o pensamento do geógrafo **Milton Santos** contribui de forma decisiva para compreender o território como construção histórica, social e política. Para o autor, o território não se reduz à sua dimensão física ou cartográfica: ele é o território **usado**, vivido e disputado, moldado pelas relações de poder, pelas formas de produção, pelas políticas públicas — ou pela ausência delas — e pelas condições concretas de existência da população.

Ao formular a noção de território usado, Milton Santos evidencia que o espaço não é neutro. Ele expressa escolhas políticas, interesses econômicos e projetos de sociedade. É no território que se materializam as desigualdades, que se distribuem — de forma profundamente desigual — os riscos, as oportunidades, as infraestruturas e os direitos.

<sup>2</sup> VANDANA SHIVA. Monoculturas da Mente: perspectivas globais sobre biodiversidade e biotecnologia. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

O território revela quem pode viver com dignidade e quem é sistematicamente empurrado para a precarização<sup>3</sup>. As populações negras, indígenas, periféricas e tradicionais tendem a ocupar os espaços mais expostos à degradação ambiental, à falta de saneamento, à insegurança hídrica, à contaminação e aos impactos extremos das mudanças climáticas. A injustiça climática, portanto, não é apenas um fenômeno ambiental: ela se inscreve no espaço, nos corpos e nas trajetórias coletivas.

Ao afirmar que o território é “o chão mais a identidade”, Milton Santos nos convida a compreender que a luta por justiça climática é também uma luta pelo direito ao território vivido, pelo direito à cidade, à terra, à água, à memória e às condições materiais e simbólicas que tornam a vida possível. Defender o território é defender a vida em sua integralidade.

Por isso, não basta proteger o meio ambiente. É preciso transformar as estruturas sociais, econômicas e políticas que produzem injustiças e que colocam populações vulnerabilizadas em riscos permanentes.

No contexto brasileiro, o debate ganhou força especialmente a partir dos anos 2000, com contribuições de **Carlos Walter Porto-Gonçalves**, **Lúcia Xavier**, **Túlio Franco**, **Nilma Bentes**, **Tania Pacheco** e de militâncias negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de outras comunidades tradicionais. Esses grupos ampliaram a noção de justiça ambiental ao denunciar que o racismo ambiental é expressão da ocupação e da exploração colonial — que define quem tem o direito a viver em ambientes saudáveis e quem é obrigado a habitar áreas degradadas ou perigosas.

<sup>3</sup> SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 2007; e SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. Para Milton Santos, o território deve ser compreendido como “território usado”, resultado histórico das relações sociais, econômicas e políticas, no qual se materializam as desigualdades, os conflitos e as possibilidades de vida digna. O espaço, longe de ser neutro, revela projetos de poder e define quem tem acesso a direitos, infraestrutura e condições de existência.

A pesquisadora **Tania Pacheco**, criadora do blog Combate Racismo Ambiental, reforça essa compreensão ao afirmar que **“o conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia.”**<sup>4</sup>

É importante destacar a confluência entre movimentos negros, movimentos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, que há décadas posicionam o debate ambiental e climático a partir de um viés antirracista e de fundamentos ancestrais. Já na **Eco 92**, esses segmentos reivindicaram espaço e denunciaram que o debate global sobre o clima não poderia ignorar as violências raciais, territoriais e culturais que estruturam a crise ambiental.

O racismo ambiental constitui, portanto, a base empírica e política da qual deriva o conceito de justiça climática. Em outras palavras: a **justiça climática nasce da denúncia do racismo ambiental em escala planetária**. Ambas as expressões revelam que a destruição ambiental não é neutra — ela segue os caminhos da desigualdade, atingindo com mais força aqueles que historicamente produzem e preservam a vida.

<sup>4</sup> PACHECO, Tania. “O que é racismo ambiental?”. Blog Combate Racismo Ambiental, 2010. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br>. Acesso em: 12.11.2025

# JUSTIÇA CLIMÁTICA E FUTURO ANCESTRAL

A justiça climática é o nome contemporâneo de uma luta antiga: a luta pela continuidade da vida em sua pluralidade, em sua diversidade e em seus muitos mundos possíveis. Ela não trata apenas de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, mas de transformar as relações humanas com a natureza e entre nós mesmos. Exige reconhecer que a crise climática é também uma **crise civilizatória**, resultado de séculos de exploração colonial, racismo, patriarcado e desigualdade.

Assim, a justiça climática ultrapassa a dimensão ambiental e se torna um projeto **ético, cosmopolítico e comunitário** de reexistência. Questiona o modelo de desenvolvimento baseado no lucro, na exploração ilimitada da natureza e na desumanização de povos e territórios. E afirma o direito coletivo a um planeta habitável, com **equilíbrio ecológico, reparação histórica e solidariedade entre os povos**.

A justiça climática será possível se o futuro for ancestral, se o desenvolvimento for reorientado pelo Bem Viver e se a cultura — em sua potência viva — continuar sendo território de criação, cuidado, transformação e justiça.

A noção de **futuro ancestral**, integra a cosmopercepção de diversos povos tradicionais ao redor do mundo.

Os conhecimentos sobre o cosmograma Bakongo ensinado pelo antropólogo **Bukensi Fu-Kiau** (1934-2013) diz: “Eu estou indo-e-voltando-sendo em torno do centro das forças vitais. Eu sou porque fui e re-fui antes, de tal modo que eu serei e re-serei novamente”<sup>5</sup> (Fu-Kiau apud Santos, 2023, p. 172).

<sup>5</sup> SANTOS, Tiganá Santos Neves. Dikenga dia Kongo e V (um esboço de reflexão tradutória) in Silva, Vagner Gonçalves da. et al. Através das águas: os bantu na formação do Brasil. São Paulo: FEUSP, 2023.

A mesma idéia presente nos povos originários no Brasil, difundido por **Ailton Krenak**<sup>6</sup>, propõe reunir o tempo das origens e o tempo do porvir.

O futuro, assim, é construído **a partir da sabedoria ancestral — e não em oposição a ela.**

Essa mesma perspectiva aparece nos conceitos iorubás de atunwa e enikeji, e podemos ver isso no poema que diz: “Nascimento do nascimento que nos traz o existir”, no pensamento de Baba Paulo Ifatide (1954-2025), quando afirma que “a ancestralidade é a nossa via de identidade histórica. Sem ela não sabemos quem somos e nem o que pretendemos ser” e no que nos ensinou **Mãe Stella de Oxóssi** (1925-2018) quando publicou: “Meu tempo é agora”. Para os povos tradicionais de matriz africana: Hoje ritualiza-se as **origens ancestrais** para existir o **futuro.**

Trata-se de **imaginar futuros que honram o passado**, reconhecendo que as respostas para a crise climática já existem nas memórias, nas lutas e nas práticas dos povos originários, afrodescendentes e tradicionais.

A ideia de que “o futuro é ancestral” nos convoca a olhar para trás sem nostalgia, mas com compromisso: reconhecer que nossos povos já produziram tecnologias de cuidado, de agricultura, de manejo, de espiritualidade e de convivência com o território capazes de sustentar a vida por séculos.

A sabedoria ancestral, portanto, não é um retorno ao passado: é um **instrumento político para construir o mundo.**

<sup>6</sup> KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

# BEM VIVER: UM CONCEITO PRESENTE NAS COSMOVISÕES DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O conceito de **Bem Viver** (Tekó Porã, em Guaraní; sumak kawsay, em quíchua; suma qamaña, em aimará) tem sido frequentemente associado às tradições andinas.

No entanto, trata-se de um conjunto amplo de princípios e sentidos compartilhados por diversos povos e comunidades tradicionais que historicamente sustentam modos de vida em equilíbrio com o território, com a coletividade e com a natureza.

Diferentes povos, diferentes comunidades, expressam o Bem Viver com **suas próprias palavras, práticas, tecnologias culturais, fundamentos espirituais e formas de entender o mundo**. Trata-se, portanto, de um princípio plural, que não nasce de um único lugar, mas de uma diversidade de experiências históricas e comunitárias.

Entre os **povos indígenas do Brasil**, o Bem Viver está na relação de reciprocidade com a terra, na compreensão da natureza como parente, na centralidade da comunidade, nos ciclos de plantio e colheita, na circulação intergeracional dos conhecimentos e na certeza de que a vida só floresce quando há equilíbrio entre seres humanos, não humanos, espíritos e território.

Nas **tradições de matriz africana**, o bem viver se expressa pela centralidade da coletividade, da ancestralidade, das tecnologias de cuidado com o corpo, com o território e com o sagrado, no equilíbrio entre energias e no respeito à natureza. Está no **humanismo relacional** do Ubuntu, no qual o ser humano não é um indivíduo isolado, mas uma expressão viva de uma rede de relações com outras pessoas, com a comunidade e com a natureza.

Por isso, o **Bem Viver** não pode ser entendido como um conceito único, fechado ou homogêneo. Trata-se de uma filosofia enraizada em modos de vida que resistem à colonialidade e oferecem ao mundo caminhos concretos para enfrentar a crise climática.

É, ao mesmo tempo, memória, território, espiritualidade, política e cuidado — e constitui um dos fundamentos mais potentes para a justiça climática e para a construção de futuros possíveis, dignos e coletivos.

**O Bem Viver e o Futuro Ancestral são caminhos que se cruzam.** Eles nos convidam a imaginar um mundo em que a justiça climática seja também justiça ética e comunitária, onde o viver bem de um povo depende do viver bem de todos os povos e de todos os seres.

A 6ª TEIA Nacional, ao dialogar com o tema da justiça climática, reconhece essas múltiplas expressões do bem viver como **tecnologias culturais e políticas** imprescindíveis para imaginar futuros possíveis — futuros que se ancoram no território, na ancestralidade e na vida em comunidade.

## **MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E PERIFÉRICAS: A LINHA DE FRENTE DA JUSTIÇA CLIMÁTICA**

As mulheres negras, indígenas e periféricas estão na linha de frente das lutas por justiça climática porque são elas que, historicamente, sustentam as condições de sobrevivência, de cuidado e de continuidade da vida em seus territórios.

Os impactos da degradação ambiental atravessam seus corpos de forma direta: a falta de água, a insegurança alimentar, o aumento das doenças, a violência decorrente da pobreza e a precarização da vida recaem de modo desproporcional sobre essas mulheres e suas comunidades.

O racismo ambiental, o patriarcado e as desigualdades territoriais estruturam uma realidade na qual as mulheres das periferias urbanas, das aldeias, dos quilombos, dos terreiros, e demais comunidades tradicionais enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade – ao mesmo tempo em que produzem múltiplas camadas de resistência. Elas são responsáveis pela coleta de água, pelo cultivo dos alimentos, pela proteção das crianças e dos idosos, pelo manejo do território, pela preservação das tecnologias tradicionais e pela continuidade das práticas comunitárias que garantem o bem viver.

Ao defenderem seus espaços de vida, essas mulheres reafirmam o papel dos **corpos-territórios** como resistência, memória e reconstrução do mundo. É por isso que a defesa do território é também a defesa da própria existência.

Lideranças como **Sônia Guajajara, Joênia Wapichana, Eliete Paraguassu, Marina Silva, Mãe Beata de Iemanjá, Mãe Bernadete**, entre tantas outras mulheres indígenas, negras, lideranças tradicionais de matriz africana, traduzem em suas trajetórias essa relação vital entre corpo, terra e futuro. Elas evidenciam que cuidar da Terra é cuidar da vida, e que não há justiça climática sem justiça para as mulheres.

Essas mulheres ocupam diferentes frentes da luta:

- nas aldeias, fortalecendo a soberania alimentar, enfrentando o garimpo e os projetos de morte;
- nos quilombos, articulando a defesa dos modos de vida comunitários e o enfrentamento ao racismo territorial;

- nas periferias urbanas, denunciando enchentes, deslizamentos, insegurança hídrica e falta de saneamento;
- nos territórios tradicionais de matriz africana, preservando tecnologias ancestrais de cuidado e equilíbrio; enfrentando o racismo e a violência física e simbólica;
- nas águas e no mar, lutando contra a poluição, o avanço predatório e a destruição das fontes de vida.

As mulheres negras, indígenas e periféricas não apenas resistem aos impactos da crise climática: elas apresentam alternativas concretas, conhecimentos acumulados e modos de viver que oferecem ao mundo caminhos mais solidários, sustentáveis e comunitários. Reconhecer seu protagonismo não é apenas uma questão de representatividade: é compreender que a **defesa da Terra passa por elas**, por suas vozes, suas histórias e suas tecnologias de cuidado. Suas lutas reconstroem mundos, reorientam futuros e afirmam que a justiça climática só será possível quando todos os corpos-territórios puderem viver com dignidade, autonomia e liberdade.

## **ARTE, MEMÓRIA E ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA**

A crise climática é também uma crise de imaginação, de valores e de sentido. Ela resulta da forma como o mundo foi organizado até aqui: a partir da exploração da natureza, da desigualdade entre povos e da separação artificial entre humanidade e ambiente, razão e sensibilidade, ancestralidade e presente.

Por isso, enfrentá-la exige mais do que tecnologias verdes ou acordos internacionais. Exige reconstruir nossas formas de sentir, lembrar e imaginar futuro. Como afirma **Bell Hooks**, “a arte é um lugar de libertação. É por ela que criamos novas possibilidades de ser e de viver”<sup>7</sup>. Esse entendimento amplia a dimensão da arte como espaço político e como horizonte de transformação.

A arte e a memória são caminhos fundamentais nessa reconstrução, porque guardam narrativas, símbolos e afetos que sustentam modos diversos de viver e estar no mundo. Ao narrar histórias, a arte revela feridas, afirma pertencimentos e reencanta o real. Ela nos lembra que os seres humanos fazem parte de um todo vivo — o planeta Terra — e não estão apartados dele.

A arte cria pontes entre o visível e o invisível, entre o individual e o coletivo, entre o que já passou e o que ainda não existe. Ela traduz pelo sensível o que as estatísticas não alcançam: o sofrimento dos territórios devastados, a sabedoria das comunidades que cuidam da terra, o luto pelas perdas ambientais e a esperança que insiste, mesmo diante das mudanças extremas do clima.

Nesse sentido, a arte é também uma forma de resistência ecológica. Por meio dela permanecem vivos os conhecimentos, as práticas e as memórias que o projeto colonial tentou silenciar. Como lembra **Grada Kilomba**, “a memória é o lugar onde reside a nossa possibilidade de transformação”<sup>8</sup>. A arte transforma a dor em linguagem, o trauma em elaboração e o esquecimento em presença. Ela faz sobreviver aquilo que o sistema insiste em apagar.

<sup>7</sup> **hooks, bell. Anseios: raça, gênero e políticas culturais.** São Paulo: Elefante, 2019. Nesta obra, bell hooks discute como a arte, a criação estética e a imaginação constituem espaços de liberdade, resistência e reinvenção coletiva — fundamento que inspira a afirmação de que a arte é lugar de libertação e de possibilidade de novos modos de existir.

<sup>8</sup> **KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.** Nesta obra, Kilomba discute como a memória — individual e coletiva — constitui espaço de elaboração, cura e transformação política, fundamento que inspira a afirmação de que a memória é o lugar onde reside a possibilidade de mudança.

# POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, CULTURA E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Os povos e comunidades tradicionais guardam em seus modos de vida, conhecimentos, práticas e cosmologias, verdadeiros patrimônios de sustentabilidade. Suas relações com a natureza não se baseiam na ideia de exploração, mas na reciprocidade, no cuidado e no equilíbrio. Por isso, são protagonistas fundamentais no enfrentamento da crise climática.

Esses povos e comunidades constroem no cotidiano, culturas de resistência e regeneração. Suas práticas articulam trabalho, espiritualidade, arte e cuidado com a terra como dimensões inseparáveis da vida.

Em seus territórios, a arte, a espiritualidade, o trabalho e o cuidado formam um só corpo. A arte não se separa da vida: está no canto, na dança, na festa, na oralidade e na presença dos corpos. Essas expressões carregam tecnologias sociais, simbólicas e ecológicas de equilíbrio – tecnologias ancestrais muito anteriores ao conceito moderno de “meio ambiente”.

Pesquisas mostram que os territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais permanecem como as áreas mais preservadas do Brasil.

Segundo o MapBiomias (2023), entre 1985 e 2023 as Terras Indígenas perderam apenas **1% de sua vegetação nativa**, enquanto terras privadas perderam 28% no mesmo período<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> MAPBIOMAS. Coleção 8 – Relatório Anual de Desmatamento no Brasil. São Paulo: MapBiomias, 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 13.11.2025.

Estudos recentes demonstrando que em Salvador os territórios tradicionais de matriz africana aparecem como importantes remanescentes de vegetação em áreas densamente ocupadas, funcionando como verdadeiras **“ilhas de respiro”** climático, pois preservam massas vegetais que contribuem para temperaturas mais amenas, maior permeabilidade do solo e proteção da biodiversidade local – evidenciando que a relação de cuidado ancestral com a natureza se mantém viva mesmo no contexto urbano<sup>10</sup>.

Por outro lado, os efeitos da crise climática – enchentes, secas, queimadas, avanço das monoculturas, contaminação de rios e degradação das florestas – atingem esses modos de vida de forma devastadora. A degradação ambiental destrói não apenas ecossistemas, mas também **memórias, práticas culturais, espiritualidades, vínculos comunitários e formas de vida**. Por isso, ao pensar em justiça climática, é essencial incluir suas especificidades, seus direitos e suas formas próprias de relação com a Terra.

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), ao reconhecer povos e comunidades tradicionais como sujeitos de produção cultural e de cidadania, contribui diretamente para essa agenda.

Nos Pontos e Pontões de Cultura situados em territórios tradicionais, as ações culturais, rodas de conversa, celebrações, produções artísticas, transmissão de conhecimentos, registros de memória, são também formas de fortalecimento da autonomia comunitária e de defesa da vida.

Nesses contextos, a arte não é ornamento: é linguagem de permanência, gesto pedagógico, política de existência e instrumento de reparação. Quando uma comunidade preserva sua memória e sua expressão cultural, ela está reparando o mundo e restaurando relações de equilíbrio entre humanos e natureza.

<sup>10</sup> SANTOS, Jocélio Teles dos; NASCIMENTO, Everton et al. Mapeamento dos Terreiros de Salvador: território, espacialidade e cosmopolítica afro-brasileira. Salvador: CEAO/UFBA, 2015.

Assim, a justiça climática, sob a perspectiva dos povos e comunidades tradicionais, é também justiça cultural. É reconhecer que a solução para a crise climática não virá apenas da tecnologia ou das soluções de mercado, mas das sabedorias ancestrais que sempre souberam viver **com** a Terra, e não **contra** ela.

São essas culturas que apontam caminhos concretos de regeneração:

- agroecologia;
- extrativismo sustentável;
- replantio de espécies nativas;
- proteção das águas e das florestas;
- manejo tradicional;
- transmissão oral como ética de vida.

Como afirma Davi Kopenawa, “Enquanto eles pensam em progresso, nós pensamos em permanência.”<sup>11</sup>

E é na permanência — dos povos, das comunidades, das florestas, dos rios, das águas, das memórias — que se funda a esperança de um **futuro ancestral**, um futuro possível porque enraizado no respeito à vida em todas as suas formas.

O Brasil reconhece atualmente 29 segmentos de povos e comunidades tradicionais, e seus direitos coletivos são protegidos por um marco normativo que inclui a Constituição Federal, a Convenção nº 169 da OIT e o Decreto nº 6.040/2007, responsável por instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse conjunto jurídico reafirma o direito à autodeterminação, ao território e à preservação dos modos de vida tradicionais.

<sup>11</sup> KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Nesta obra Kopenawa contrapõe a lógica predatória do progresso à filosofia da permanência, que orienta a relação dos povos Yanomami com a floresta, com os espíritos e com a continuidade da vida.

# CULTURA VIVA COMO HORIZONTE DE FUTURO

A Cultura Viva é mais do que uma política cultural: é um horizonte de futuro. É a afirmação de que os caminhos para enfrentar as crises contemporâneas — ambientais, sociais, civilizatórias — brotam dos territórios onde a vida pulsa em sua diversidade.

Ao reconhecer que comunidades e coletivos são sujeitos culturais que produzem sentidos e caminhos, a Cultura Viva desenha um futuro que se afasta da racionalidade colonial e se ancora no território, no cuidado mútuo e nas práticas que mantêm a vida em movimento.

O horizonte de futuro da Cultura Viva nasce do entendimento de que a cultura é **uma tecnologia social** capaz de sustentar redes de solidariedade, fortalecer vínculos comunitários e produzir sentidos compartilhados. É pela cultura que se reinventam modos de viver, que se tecem alianças e que se preservam conhecimentos que sustentam a vida — da música ao ritual, da oralidade às medicinas tradicionais, das festas aos mutirões, da memória à resistência cotidiana.

Nesse sentido, a Cultura Viva oferece um caminho para pensar a justiça climática na perspectiva da justiça cultural ao reconhecer que não há futuro possível sem o fortalecimento das comunidades que cuidam da Terra, preservam territórios, protegem águas e florestas e mantêm vivas práticas que equilibram seres humanos e natureza.

Ao colocar o território como fundamento pedagógico, a Cultura Viva afirma que o futuro se constrói a partir de cada lugar — do quilombo ao bairro periférico, da aldeia à comunidade urbana. E é nesses lugares que se reinventam práticas de cuidado, autonomia, agroecologia, memória, arte e pertencimento. O futuro, aqui, não é um tempo distante, ele se manifesta nos gestos cotidianos que mantêm a vida

em movimento, nos conhecimentos que resistiram à violência colonial e nos modos de viver que não separam existência e natureza.

A Cultura Viva se apresenta como horizonte de futuro porque propõe um outro modo de imaginar o mundo: um mundo que repara, que reconhece e que cuida. Um mundo em que a criatividade é força política, em que a memória é estratégia de permanência, em que o coletivo é fundamento ético. Um mundo onde os sujeitos culturais não são destinatários de políticas, mas protagonistas na construção de uma nova civilização – mais justa, mais plural e ambientalmente responsável.

Cultura Viva é a continuidade das histórias que nos trouxeram até aqui e a reinvenção das possibilidades que ainda não existem. É a certeza de que, enquanto houver comunidades criando, celebrando, transmitindo e protegendo seus modos de vida, haverá futuro. Um futuro tecido pela potência da vida comum, pela imaginação coletiva e pela força dos territórios que insistem em existir.

Sobre isso **Célio Turino** diz “Cultura Viva, assim como o Bem Viver, também pode ser entendida como uma oposição ao “Viver Melhor” capitalista, sustentado na exploração máxima dos recursos disponíveis, até que as fontes básicas da vida sejam exauridas. A busca é por uma vida mais justa, se contrapondo à iniquidade própria do capitalismo, em que apenas poucos podem viver bem em detrimento da grande maioria. Cultura Viva é, portanto, criativa, solidária, sustentável. É o oposto da cultura que transforma tudo – e todos – em coisa. É o direito de amar e ser amado, com o florescimento saudável de todos os seres, com o prolongamento indefinido das culturas, a sua recriação e intersecção, o tempo livre para a contemplação, a ampliação das liberdades, capacidades e potencialidades de todos e de cada um. É a cultura da alegria e da amorosidade”<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> TURINO, Célio. “Cultura Viva e Bem Viver”. IberCultura Viva, 2015. Disponível em: <https://iberculturaviva.org>. Acesso em: 13.11.2025.

# CULTURA VIVA E AGENDA 2030

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018/2014, reconhece a cultura como dimensão essencial do desenvolvimento humano e da sustentabilidade. Seus princípios – autonomia, protagonismo social, diversidade cultural, solidariedade, participação e transformação social – dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente aqueles voltados à redução das desigualdades, à promoção da educação de qualidade, à igualdade de gênero, à ação climática e à construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

Célio Turino, criador da Política Nacional de Cultura Viva, argumenta em sua tese de doutorado que os Pontos de Cultura constituem tecnologias sociais que reorientam o sentido de desenvolvimento, abrindo caminhos para uma imaginação civilizatória comprometida com o cuidado, a autonomia e o Bem Viver. Para Turino, a Cultura Viva não é apenas uma política pública: é uma proposta de mundo, fundada na valorização das culturas tradicionais e populares, dos conhecimentos comunitários, das ancestralidades e da solidariedade. Os Pontos de Cultura não são estruturas, mas **vidas em movimento**, expressões de uma visão ética e estética baseada no pertencimento e na dignidade – “uma nova tecnologia de civilização”<sup>13</sup>.

Os Pontos e Pontões de Cultura, enquanto redes de base comunitária, materializam essa convergência entre cultura, sustentabilidade e justiça social. Eles afirmam o Bem Viver como horizonte político, cultural e socioambiental, ao fortalecer práticas coletivas, conhecimentos ancestrais e tecnologias sociais e ecológicas de cuidado e regeneração.

<sup>13</sup> TURINO, Célio. Pontos de Cultura: o Brasil de baixo para cima. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2011.

Nesse sentido, contribuem diretamente para a promoção de diversos ODS, entre eles:

- **ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.**
- **ODS 3 – Saúde e Bem-Estar**
- **ODS 4 – Educação de Qualidade**
- **ODS 10 – Redução das Desigualdades**
- **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**
- **ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima**
- **ODS 15 – Vida Terrestre**
- **ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes**
- **ODS 18 – Igualdade Étnico-racial**

Assim, a Cultura Viva se afirma como estratégia de enfrentamento da crise climática e civilizatória, porque gera consciência crítica, reforça vínculos comunitários e inspira transformações éticas, estéticas e políticas. É um caminho brasileiro de implementação da Agenda 2030, mostrando que desenvolvimento sustentável é também — e sobretudo — **vida com dignidade, memória, pertencimento e continuidade.**

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** são os 18 compromissos assumidos pela maioria dos países do mundo, e que estão reunidos na chamada **Agenda 2030 da ONU**.

Formam um **plano global para construir um futuro melhor**, em que todas as pessoas possam viver com dignidade, em paz e em equilíbrio com o planeta.

A ideia é que até o ano de **2030**, governos, organizações, comunidades e cidadãos devem trabalhar juntos para:

**Acabar com a pobreza e a fome,**  
**Proteger o meio ambiente,**  
**Garantir acesso à educação, saúde e igualdade,**  
**Promover a paz, a justiça e os direitos humanos,**  
**Estimular formas de viver e produzir que respeitem a natureza.**

Saiba mais sobre os ODS's no link <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

# O TERRITÓRIO DA 6ª TEIA: ARACRUZ, DESERTO VERDE E JUSTIÇA CLIMÁTICA

A 6ª TEIA Nacional dos Pontos de Cultura acontecerá em **Aracruz**, território que carrega, em suas águas e em seus corpos, as marcas profundas de um dos processos de devastação ambiental e humana mais emblemáticos do Brasil contemporâneo. É um lugar ferido pelas monoculturas de eucalipto – o chamado “**deserto verde**” – e pelos desdobramentos do rompimento **da barragem da Samarco/Vale-BHP**, em Mariana, crime que alterou para sempre a vida de povos indígenas, comunidades pesqueiras, ribeirinhas e quilombolas ao longo do Rio Doce.

Chegar a Aracruz é entrar em um território que nos obriga a olhar para a realidade de frente. O “deserto verde” não é apenas uma expressão técnica da monocultura de eucalipto, mas um símbolo da destruição dos ciclos da água, da perda de biodiversidade e da ruptura de modos de viver baseados no equilíbrio com a Terra. **É um modelo que rompe ciclos naturais e fragiliza a vida comunitária.** É a imagem mais clara de uma economia que coloca a produção acima da vida.

Ao mesmo tempo, Aracruz é um espaço de resistência. Ali estão os povos Tupinikim e Guarani, que seguem reafirmando território, memória e futuro em meio a séculos de violências, expulsões e retomadas. Estão também comunidades pesqueiras e marisqueiras que convivem diariamente com os impactos do crime de Mariana, que contaminou o Rio Doce, afetou o mar, destruiu ecossistemas e comprometeu a sobrevivência tradicional dessas comunidades. Cada peixe que falta, cada rio que adocece, cada manguezal que morre revela a continuidade da violência da mineração sobre os corpos e sobre a Terra.

É nesse território complexo, marcado por dor, resistência e luta, que a 6ª TEIA se realizará. E isso não é um detalhe geográfico: é um chamado ético. Estar em Aracruz é reconhecer que a cultura – como memória, como arte, como tradição, como comunitária – tem o dever de se posicionar frente às desigualdades ambientais e às injustiças que recaem sobre povos que historicamente já enfrentam racismo, colonialidade e marginalização.

Para o Brasil que está se mobilizando para participar da TEIA, é fundamental compreender o território que irá nos acolher. **Não basta celebrar a diversidade. É preciso assumir consciência.** É necessário olhar para o chão que pisaremos e para a história que atravessa esse chão: a luta pela demarcação dos territórios indígenas; o impacto da monocultura de eucalipto nos corpos d'água, na pesca e na vida das comunidades tradicionais; **as consequências ainda não reparadas do rompimento da barragem em Mariana.**

A escolha de Aracruz como território da TEIA nos convoca a entender a Cultura Viva não apenas como política cultural, mas como política de futuro, de vida e de justiça. Porque a crise climática não é uma abstração neste território: ela é visível na água que falta, no solo exausto, na contaminação que persiste, nas vidas interrompidas e nas vidas que resistem.

Em Aracruz, justiça climática é reconhecer o direito das comunidades de viverem de forma digna, com água limpa, floresta viva, território íntegro e memórias respeitadas. É entender que a cultura que defendemos é inseparável do cuidado com a Terra e com os corpos que nela habitam.

A 6ª TEIA, ao acontecer ali, torna-se mais do que um encontro nacional: transforma-se em um gesto político de reparação simbólica, memória coletiva e compromisso com os territórios que sustentam a vida. É a oportunidade de afirmar que futuro ancestral não é retórica: é prática. E que o compromisso não é para amanhã — é agora, diante das feridas abertas e das lutas que seguem pulsando naquele chão.

Aracruz nos recebe **com suas feridas abertas, sua força coletiva e sua dignidade**. Cabe a nós honrar esse território com consciência, responsabilidade e ação.

Que a 6ª TEIA saiba ouvir esse território — e que sua passagem por Aracruz seja também um compromisso com as lutas que garantem que o futuro seja possível.

## **O FUTURO É ANCESTRAL, O COMPROMISSO É AGORA**

Pensar no futuro ancestral é agir agora. É compreender que cada gesto feito no presente escreve o caminho que as próximas gerações irão percorrer. Não há tempo a perder: a crise climática que nos atravessa é ambiental, mas também cultural, histórica e civilizatória. Ela nasce de escolhas, e só será superada por escolhas — escolhas que precisamos fazer já.

Este é o tempo de assumir que não basta repetir belos conceitos. É tempo de compromisso. De transformar discurso em prática, consciência em movimento, pertencimento em responsabilidade coletiva. É reconhecer que a maneira como vivemos, produzimos e nos relacionamos com o mundo tem raízes profundas — e é nessas raízes que também brotam os caminhos da mudança.

As expressões culturais, quando cultivadas como práticas de resistência e criação, despertam nossa consciência coletiva e nos ajudam a reconstruir vínculos rompidos. Cada gesto artístico é uma semente de futuro. Cada trabalho de memória é um ato de afirmação da vida. Cultura é ação, é política, é compromisso com o mundo que queremos deixar.

Os povos e comunidades tradicionais mostram isso todos os dias. Com seus modos de existir, celebrar e cuidar, ensinam que o equilíbrio do planeta depende da harmonia entre todas as formas de vida. Mantêm vivas tecnologias sociais e ecológicas que regeneram o território, protegem águas e florestas, guardam o alimento e o tempo. Ensinam-nos que o Bem Viver não é utopia: é prática cotidiana, sustentada por responsabilidade e coragem.

Os Pontos e Pontões de Cultura fazem parte dessa travessia. Em cada território, arte, memória e ancestralidade se entrelaçam para fortalecer o sentido de comunidade, criar soluções sustentáveis e afirmar que desenvolvimento só é verdadeiro quando preserva a vida, respeita a diversidade e amplia a justiça. Quando regenera.

Por isso, que cada ação cultural seja também um gesto de revitalização de nossos territórios — físicos, simbólicos, espirituais. Que nossas práticas culturais sejam também práticas de cura, de proteção e de reexistência.

Que cada corpo, canto, história e território inspire um futuro ancestral — um futuro possível porque tecido pela arte, pela memória e pelo compromisso com a vida.

Que cada Ponto e Pontão de Cultura siga sendo território de cuidado, resistência e transformação — multiplicando práticas que regeneram, fortalecem e inspiram.

Ao longo deste documento, afirmamos que cultura, memória, ancestralidade e território são dimensões inseparáveis da defesa da vida. Em contextos de crise — sejam elas climáticas, ambientais, sanitárias ou humanitárias — essa compreensão torna-se ainda mais evidente.

Em diferentes regiões do país, Pontos e Pontões de Cultura têm atuado como espaços de acolhimento, solidariedade, mobilização e reconstrução comunitária. É a partir dessas experiências que emerge o debate sobre o Protocolo da Cultura Viva para Situações de Catástrofes Naturais, Climáticas e Pandêmicas, apresentado a seguir por **Marjorie Botelho** (Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar).

## O FUTURO É ANCESTRAL, O COMPROMISSO É AGORA

O debate sobre o Protocolo da Cultura Viva nasce das experiências vividas por organizações culturais comunitárias em momentos de crise no Brasil. Sua origem está ligada à atuação dos Pontos de Cultura Rurais da Região Serrana do Rio de Janeiro após o desastre de 2011, quando coletivos mobilizaram redes de solidariedade, distribuíram alimentos, ofereceram acolhimento emocional e garantiram a comunicação comunitária.

Essas ações revelaram que a cultura viva, enraizada no território, desempenha papel estruturante antes, durante e depois das emergências. Em 2013, a Teia Rural do Estado do Rio de Janeiro e a Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais aprofundaram o debate ao propor a necessidade de um protocolo nacional para orientar a atuação cultural diante de desastres, processo posteriormente fortalecido pelo Pontão Territórios Rurais e Cultura Alimentar através da Campanha pelo Protocolo da Cultura Viva.

O Brasil atravessa, nas últimas décadas, uma sucessão de desastres que impactam profundamente comunidades de todas as regiões: enchentes, secas prolongadas, queimadas, vendavais, derramamentos de óleo e rompimentos de barragens. Some-se a isso o aumento da fome, os deslocamentos forçados e as crises humanitárias, formando um cenário permanente de emergência. Nesse contexto, organizações culturais comunitárias tornam-se fundamentais por sua presença contínua, vínculos afetivos e conhecimento profundo dos modos de vida locais.

As experiências acumuladas pela Rede Cultura Viva mostram que os coletivos atuam de maneira decisiva nas três dimensões das crises. Na prevenção, fortalecem vínculos comunitários, promovem educação ambiental, preservam saberes tradicionais e estruturam cozinhas coletivas, sistemas alternativos de comunicação e de cuidado. Durante os desastres, transformam suas sedes em pontos imediatos de apoio, organizando abrigos culturais, cozinhas emergenciais, distribuição de alimentos, atendimento psicológico e comunicação. Na reconstrução, contribuem com bioconstrução, agroecologia, restauro comunitário e práticas que ajudam a recompor o tecido social e simbólico das comunidades.

Diante do agravamento das emergências climáticas, essas organizações e coletivos precisam estar cada vez mais preparados. Isso requer investimentos em autonomia energética, sistemas alternativos de comunicação, cozinhas comunitárias equipadas, espaços adequados para acolhimento emergencial, acesso à água potável, materiais de primeiros socorros e transporte comunitário. Ao mesmo tempo, torna-se essencial ampliar formações em gestão de risco, cuidado comunitário e comunicação de emergência, incluindo a criação e capacitação de brigadas de incêndio comunitárias, aptas a atuar na prevenção e na resposta a queimadas e outros riscos territoriais. Esse fortalecimento precisa assegurar que a rede cultural esteja preparada para responder às múltiplas dimensões das crises que se intensificam.

Diante desse conjunto de práticas, torna-se fundamental que os Pontos de Cultura sejam oficialmente incorporados às políticas públicas de prevenção, resposta e reconstrução. Nesse sentido, reafirmamos que, para enfrentar os desastres que atravessam o país, será imprescindível reconhecer e valorizar o papel estratégico da cultura viva nos territórios, garantindo sua participação efetiva e contínua nos sistemas públicos de gestão de risco e de proteção à vida diante das mudanças climáticas.

# PARA SABER MAIS E PROFUNDAR A TEMÁTICA

## DOCUMENTÁRIOS E FILMES

**Ser Tão Velho Cerrado** - Sobre a devastação do Cerrado e a luta de comunidades tradicionais.cada rio que adoece, cada manguezal que morre revela a continuidade da violência da mineração sobre os corpos e sobre a Terra.

**Amazônia – O Despertar da Florestania** - Relação entre povos amazônicos, cidadania ambiental e preservação.

**Sob a Pata do Boi** - Mostra a cadeia da pecuária, desmatamento e conflitos territoriais.

**Amazônia Sociedade Anônima** - Documentário sobre grilagem, madeiras e destruição ambiental.

**Vozes da Floresta: Mãe Bernadete** - Sobre defesa de territórios quilombolas e cuidado com a terra.

**O Mapa dos Terreiros – Salvador (UFBA/CEAO)** - Mostra a forte relação entre os terreiros e a proteção ambiental urbana.

**Ruína** - Sobre o crime da mineração em Mariana e suas consequências.

**Brumadinho: Onde Não Devia Estar** - A dimensão humana e ambiental do desastre.

**Ilha das Flores** - Sobre desigualdade, consumo e degradação.

**Nosso Planeta / Our Planet** - Série global sobre crise ambiental e biodiversidade.

**Mulheres da Terra (Dir. Kátia Klock, 2020)** - Histórias de mulheres rurais e indígenas que cuidam da terra e das sementes.

## **PODCASTS**

**Despertar Climático (PUC-Rio)** - Episódios sobre políticas climáticas, justiça social e racismo ambiental.

**Conexões para Convergir – Justiça Climática** - Debates acessíveis e politizados, com especialistas e lideranças.

**Vozes do Planeta** - Jornalismo ambiental crítico, com episódios sobre povos tradicionais.

**Entre Rios** - História dos rios, da natureza e da urbanização no Brasil.

**Vozes da Terra** - Agroecologia e luta dos povos da floresta.

**Papo de Cultura Viva** - Diálogos sobre políticas culturais comunitárias no Brasil.

**Vozes do Bem Viver** - Reflexões sobre sustentabilidade, arte e coletividade.

## **LIVROS E TEXTOS**

**KRENAK, Ailton.** Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

**KRENAK, Ailton.** O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

**KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce.** A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

**PACHECO, Tania.** O que é racismo ambiental? Combate Racismo Ambiental, 2010. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br>. Acesso em: 07/05/2026.

**SHIVA, Vandana.** Monoculturas da mente: perspectivas globais sobre biodiversidade e biotecnologia. São Paulo: Expressão Popular, 2003.  
BANIWA, Gersem. Território é memória (diversos textos). Brasília: MEC/SECADI, 2018.

**BENSUSAN, Nurit.** Sociobiodiversidade: perspectivas e desafios. Brasília: Instituto Socioambiental, 2014.

**TURINO, Célio.** Pontos de Cultura: o Brasil de baixo para cima. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

**TURINO, Célio.** Cultura Viva e Bem Viver. IberCultura Viva, 2015. Disponível em: <https://iberculturaviva.org>. Acesso em: 07/05/2026.

**HOOKS, bell.** Anseios: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.

**SODRÉ, Muniz.** Pensar nagô. Petrópolis: Vozes, 2017.

**LEFF, Enrique.** Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. São Paulo: Cortez, 2001.

**ACOSTA, Alberto.** O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

**SANTOS, Milton.** O território usado: por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000.

**SANTOS, Milton.** A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

**BRASIL.** Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

**CARTA DA TERRA** - documento global de princípios éticos para um mundo sustentável.

**DECÁLOGO DO BEM VIVER** - Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

Silvany Euclênio  
(Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil)